

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

13/02/2016

Folha de S.Paulo

Juiz cita Zelotes e anula decisão de conselho

Folha de S. Paulo - 13/02/2016

SENTENÇA DO CARF, LIGADO AO MINISTÉRIO DA FAZENDA, BENEFICIAVA ITAÚ UNIBANCO; ÓRGÃO ESTÁ NO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO

Em 2012, conselho havia cancelado uma cobrança de R\$ 331 milhões determinada pela Receita Federal

Rubens Valente
De Brasília

Citando irregularidades investigadas pela Operação Zelotes, o juiz substituto da 20a Vara Federal do Distrito Federal, Renato Borelli, ordenou nesta quinta (11) a anulação de uma decisão do Carf, conselho ligado ao Ministério da Fazenda, que havia beneficiado o Itaú Unibanco.

“Não há como não considerar o desenrolar da Operação Zelotes, que investiga o envolvimento de conselheiros em possíveis irregularidades na apreciação de recursos em processos fiscais, tema fartamente noticiado nos últimos meses na mídia nacional”, declarou o juiz na sua decisão.

Em 2012, a Receita Federal determinou que o banco devia pagar R\$ 331 milhões por valores não recolhidos em PIS e Cofins relativos a serviços em áreas diversas.

O banco recorreu ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), que cancelou a decisão da Receita.

Para o juiz, porém, o acórdão do conselho “não tratou com o zelo necessário acerca dos fatos noticiados no Termo de Verificação Fiscal [da Receita] e mantidos pela decisão de primeira instância com unanimidade em desfavor do Itaú”.

Cabe recurso. A decisão não significa lançamento automático de uma dívida da União contra o banco, mas sim que deverá ocorrer um novo julgamento no Carf. O processo que tramita na Justiça Federal de Brasília é uma ação popular movida pela advogada Fernanda Soratto Uliano Rangel.

Segundo ela, a medida inicial da Receita “era exigível e estava alinhada ao entendimento jurisprudencial” do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Afirmou ainda que a Delegacia da Receita Federal em São Paulo decidiu em janeiro de 2012 “por unanimidade de votos” pela improcedência da impugnação apresentada pelo Itaú.

Desencadeada em março de 2015, a Operação Zelotes apontou indícios de irregularidades, fraudes e corrupção envolvendo membros do Carf, suspeitos de cobrarem propina em troca de decisões.

Em nota, o Itaú Unibanco informou que vai recorrer e que considera a ação julgada “incabível, pois se refere a caso que ainda está pendente de recurso no **Carf**”.

14/02/2016

O Estado de S.Paulo

Anotação mostra relação ‘estreita’ entre ex-ministra e investigados, afirma PF

O Estado de S. Paulo - 14/02/2016

OPERAÇÃO ZELOTES

Fábio Fabrinni
Andrezza Matais
Brasília

Documentos apreendidos na Operação Zelotes reforçam o elo da ex-chefe da Casa Civil Erenice Guerra com o grupo acusado de "comprar" medidas provisórias de interesse de montadoras de veículos no governo. A Polícia Federal encontrou nas casas de dois dos envolvidos anotações com referências à ex-ministra, o que, para os investigadores, indica "estreita" relação entre ela e os investigados.

Erenice foi secretária executiva da Casa Civil de 2005 a 2010, ano em que passou a ser titular da pasta, entre os meses de março e setembro, com a saída da então ministra Dilma Rousseff do cargo para se candidatar à Presidência. No período, duas MPs sob suspeita de terem sido "encomendadas" foram discutidas pelo órgão (471/2009 e 512/2010), antes de seguir para assinatura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Erenice, o ex-presidente e outros ex-agentes públicos são investigados em inquérito atualmente em curso na Operação Zelotes. Conforme a PF, o objetivo é averiguar se, eventualmente, eles foram "corrompidos" ou foram "vítimas" de tráfico de influência praticado pelos lobistas que atuaram para viabilizar as MPs. As normas prorrogaram incentivos fiscais a montadoras instaladas no Norte, no Nordeste e Centro-Oeste.

Apreensões. As citações à ex-ministra Erenice Guerra aparecem em relatórios da Polícia Federal sobre as apreensões feitas em endereços dos acusados. Na casa do lobista Mauro Marcondes Machado e da mulher dele, Cristina Mautoni, foi encontrado papel com as anotações "Erenice" e "conta 55 8654672". O casal está preso desde outubro por suspeita de operar o suposto esquema das MPs.

Para a PF, o número se trata, provavelmente, de uma conta bancária. "Tais anotações sugerem, mais uma vez, o envolvimento ou a ligação estreita entre ela (Erenice) e os principais investigados", diz trecho da análise dos investigadores.

No endereço do advogado Eduardo Gonçalves Valadão que, assim como o lobista Mauro Marcondes, responde a ação penal por envolvimento no suposto esquema - foi achado manuscrito com a seguinte mensagem: "O Alexandre me falou por alto sobre o assunto que o Zé Ricardo está deixando na mão. Pede mais informações / Fala da dívida do José Ricardo com o grupo (Erenice, Fernando Cesar Mesquita etc)".

Após deixar a Casa Civil, Erenice passou a atuar como advogada. Zé Ricardo - como é

conhecido José Ricardo da Silva, outro lobista preso sob acusação de "comprar" MPs - se associou a ela para resolver pendências da Huawei Telecomunicações no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Em outra frente de investigação, a Zelotes apura suposto esquema de corrupção para influenciar decisões nesse órgão, uma espécie de tribunal administrativo que avalia débitos de contribuintes com a Receita.

Ex-chefe do setor de comunicação no Senado, Fernando César Mesquita é réu em ação penal sobre as medidas provisórias, acusado de receber propina para facilitar pleitos dos investigados no Legislativo.

"Grupo". Na análise, a Polícia Federal diz que a anotação é de "fundamental importância", pois trata "de forma taxativa sobre a existência de um grupo", "robustecendo as suspeitas de que os investigados tenham se organizado de forma criminosa". "Importante frisar também a menção aos nomes de Erenice e Fernando César Mesquita, como sendo integrantes do mesmo "grupo", o que vem a corroborar suspeitas nos negócios envolvendo os ora investigados", afirma o relatório.

O agente da PF responsável pela análise sugere um exame grafotécnico para confirmar quem é o autor do manuscrito e, com isso, aprofundar as investigações sobre o conteúdo.

Também foi localizado na casa de Eduardo Valadão um boleto de pagamento de uma das empresas dele, a Rumo Comercializadora de Energia, para uma agência de turismo, no valor de R\$ 8,9 mil. Com o documento, com data de 10 de novembro de 2011, havia uma relação de viagens, tickets e nomes de passageiros, entre eles "Erenice Guerra", que aparece com três passagens relacionadas.

Defesa. A ex-ministra não respondeu a questionamentos do Estado sobre os relatórios da PF, enviados por e-mail. Informou, por meio de sua assessoria, que não os comentaria. Ela tem afirmado que conheceu os investigados na Zelotes em 2011, após deixar a Casa Civil.

Em depoimento à Polícia Federal, em dezembro, ela disse ter sido apresentada a Mauro Marcondes e Cristina Mautoni numa viagem a São Paulo. Não soube explicar a presença de seu nome em papel apreendido na casa do casal, ao lado do número de suposta conta.

A ex-ministra ressaltou que os números não lhe são "familiares" e consignou sua "estranheza com a anotação" feita por uma pessoa que "não conhece". Erenice disse no depoimento à PF que sua relação com o escritório J.R Silva Advogados, de José Ricardo da Silva, se restringiu à defesa da Huawei Telecomunicações no Carf. Ela afirmou que não sabe o porquê de seu nome ser citado como integrante do "grupo" em anotação encontrada na casa de Valadão e que espera que o advogado explique o manuscrito. Em sua oitiva, ele silenciou a respeito.

A ex-ministra sustentou que nunca se reuniu com os investigados para tratar das medidas provisórias e que nunca recebeu quaisquer vantagens relacionadas à edição das normas.

Aos investigadores, Erenice também disse que não fez viagem para atender a interesses exclusivos das empresas de Valadão, mas que se recordava de que, num deslocamento para São Paulo, aproveitou para levar o lobista Alexandre Paes dos Santos, o APS (preso desde outubro por causa das investigações da Operação Zelotes), para um encontro com Fernando Bertin, do Grupo Bertin.

A ex-ministra havia indicado empresas de Valadão para as empresas da família Bertin comprarem energia. Questionada pelo delegado Marlon Cajado, alegou não se recordar quem custeou a viagem.

Procuradas, as defesas de Eduardo Valadão e do casal Mauro Marcondes e Cristina Mautoni não comentaram.

15/02/2016

O Estado de S.Paulo

Oposição aposta em desgaste de Lula para tentar reacender impeachment

O Estado de S. Paulo - 15/02/2016

*Crise política. Líderes de PSDB e DEM vão tentar convocar ex-presidente na recém-criada CPI do **Carf** na Câmara com objetivo de criar clima político favorável à retomada do impedimento de Dilma no Congresso; já governo investe em votação de agenda econômica*

Carla Araújo

Ricardo Brito / BRASÍLIA

Com o início efetivo dos trabalhos do Congresso esta semana, a oposição pretende explorar o avanço das investigações que envolvem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tentar desgastá-lo, enfraquecer o nome do petista como candidato ao Palácio do Planalto em 2018 e ainda reacender o debate sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff, seja pela via do impeachment ou por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassação da chapa composta com o vice-presidente Michel Temer (PMDB).

A primeira iniciativa concreta da estratégia será propor a convocação de Lula para depor na CPI que investigará denúncias de fraudes contra a Receita Federal por bancos e grandes empresas. As suspeitas são de que houve pagamento de propinas para manipular julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) em casos de sonegação fiscal. A criação da CPI foi autorizada no início do mês pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), adversário do governo Dilma.

O líder da oposição, Miguel Haddad (PSDB-SP), diz que a convocação "é o único e mais eficiente instrumento" à disposição dos parlamentares para investigar o petista. "É uma oportunidade de Lula se explicar. É uma obrigação de quem tem cargo público ou já ocupou, ainda mais quando é um ex-presidente."

O novo líder do DEM na Câmara, Pauderney Avelino (AM), diz que a convocação do ex-presidente é fundamental para mostrar que Lula "não está acima do bem e do mal".

"O ex-presidente é um cidadão como outro qualquer, tem que dar explicações à sociedade", afirma. O líder do PPS na Casa, Rubens Bueno (PR), diz que, há muito tempo, Lula já deveria ter dado "respostas" à sociedade. "O esforço dele deveria ser para que tudo seja esclarecido. Se não quiser, vamos chamá-lo".

Lula é alvo de uma série de apurações formais. A Operação Zelotes investiga, além das irregularidades no Carf, um esquema de "compra" de medidas provisórias em seu governo. O Ministério Público de São Paulo apura a suspeita de ocultação de patrimônio relacionada à compra de um triplex no Guarujá, no litoral paulista. Lula admite ter visitado o imóvel com o então presidente da empreiteira OAS, Léo Pinheiro, condenado à prisão, mas nega ser proprietário do apartamento.

Para governistas, a criação da CPI do Carf é a primeira ofensiva clara de Cunha contra o governo neste ano. A aposta do Planalto e de aliados é, além de sair em defesa de Lula e Dilma no Congresso, avançar com a agenda econômica para sair da crise (leia texto abaixo).

O presidente da Câmara nega afronta ao governo e afirma ter criado a comissão porque era a primeira da fila e tem fato determinado. Ele disse que o autor do requerimento de criação da CPI, João Carlos Bacelar (PR-BA), ficará com a relatoria da comissão. A presidência, disse, será escolhida após a eleição do líder do PMDB, marcada para quarta-feira - o cargo ficará com o bloco comandado pelos peemedebistas.

Limites. Cunha disse ao Estado que, do ponto de vista regimental, há impedimento para se convocar Lula porque a apuração que o envolve não consta do requerimento de criação da CPI. Ele avaliou, porém, que essa será uma decisão "política" da comissão de inquérito, caso o pedido vá à votação. "Mas acho que a base deverá impedir (a convocação)", ponderou, sem dar opinião se concorda ou não com a convocação. "Não posso ter opinião sobre isso. Não será minha a decisão."

Bacelar afirmou que a apuração envolvendo o ex-presidente não fez parte do pedido de criação da CPI. "Meu requerimento não foi específico do Lula nem do processo da compra de MPs", limitou-se a declarar. Aliado do Palácio do Planalto, o atual líder do PMDB e candidato à recondução, Leonardo Picciani (RJ), disse considerar "cedo" para se falar em convocações na CPI.

A estratégia de utilizar CPIs para tentar desgastar Lula e o governo não é nova. No ano passado, quatro pedidos para convocá-lo na CPI do BNDES e dois para ouvi-lo na da Petrobrás não tiveram êxito.

Os opositoristas também deverão usar as tribunas da Câmara e do Senado e cobrar explicações públicas do ex-presidente, que, antes do avanço das apurações, não era tão abertamente questionado.

A decisão de apostar em um desgaste de Lula pode ajudar a oposição a tentar resgatar a força do pedido de impeachment de Dilma. Governo e oposição avaliam que o processo de impedimento arrefeceu após decisão do Superior Tribunal Federal. Para o líder do DEM, o governo "se engana" ao achar que o movimento pelo afastamento de Dilma arrefeceu. "Lula e Dilma estão umbilicalmente ligados, não tem como separar",

avalia ele. "O ano de 2015 não terminou", reforçou Bueno.

- Tríplex no Guarujá

A oposição quer potencializar o desgaste em torno do depoimento de Lula e da mulher dele, Marisa Letícia, marcado para esta quarta-feira, sobre o imóvel ao Ministério Público de São Paulo.

PARA LEMBRAR

CPI não apurou "compra" de MP

Uma CPI do **Carf** funcionou no Senado no ano passado, mas não investigou as suspeitas de "compra" de medidas provisórias em 2009 e 2010 para favorecer o setor automotivo. O colegiado, formado em sua maioria por governistas, rejeitou requerimentos de convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do filho dele, Luís Cláudio, e dos ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra.

Os pedidos haviam sido apresentados pelo presidente da CPI, o senador tucano Ataídes Oliveira (TO), após o Estado revelar o esquema de corrupção de supostas compras de medidas provisórias editadas durante o governo Lula.

No fim do ano passado, o relatório final da CPI no Senado, que ignorou as suspeitas, aponta irregularidades no julgamento de mais de 70 processos pelo órgão, envolvendo 73 empresas e pessoas físicas, como bancos, montadoras e siderúrgicas.

Elaborado pela senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), o relatório teve como base o documento da Polícia Federal sobre a Operação Zelotes. De acordo com o levantamento da Polícia Federal, algumas dessas companhias manipularam os julgamentos no **Carf** para anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados, por meio de "vários esquemas de corrupção" operados por lobistas.

Planalto investe em aprovação de agenda econômica contra crise

O Estado de S. Paulo - 15/02/2016

A ordem no governo é acelerar a votação de medidas do ajuste fiscal; presidente se reúne com líderes e ministros hoje

BRASÍLIA

Em meio ao cerco ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Palácio do Planalto aposta na aprovação da agenda econômica no Congresso este ano para superar a crise por que passa o País e sepultar de vez qualquer tentativa de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O discurso, costurado por Dilma com ministros e aliados no Legislativo, é que a oposição não tem projeto para o País e continua a adotar a tática de desgaste político, agora centrando fogo em Lula para atingi-la.

A ordem no governo é acelerar a votação de medidas do ajuste fiscal e de estruturantes para a economia, como a volta da CPMF, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a reforma da Previdência, como forma de criar condições mais

favoráveis ainda este ano para a retomada do crescimento e evitar o aumento do desemprego e da inflação.

No caso das investigações que envolvem Lula, Dilma acertou com o ex-presidente, em encontro entre os dois na semana passada, fazer uma defesa moderada do seu fiador político. No sábado, ela seguiu o roteiro disse que Lula "está sendo objeto de uma grande injustiça".

Para mostrar que não está parada, Dilma terá uma série de reuniões a partir de hoje. Pela manhã, se reúne no Planalto com ministros da coordenação política para discutir a agenda do Congresso, a situação de Lula e fazer um balanço das ações de combate ao Aedes aegypti. No início da noite, receberá os líderes de partidos da base do Senado e, amanhã de manhã, as lideranças aliadas na Câmara.

"Nossa preocupação central é votar as matérias que apontam para a retomada do crescimento da economia brasileira", disse o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Para ele, a tentativa da oposição de convocar Lula demonstra que ela não tem projeto e nem sequer se preocupa com o futuro do País. "A campanha de perseguição ao ex-presidente só tem um único objetivo, tentar evitar a eleição dele em 2018."

Para o líder do PT na Câmara, Afonso Florence (BA), a tentativa da oposição de convocar Lula para a CPI do Carf é "mais uma manobra diversionista". "É mais um esforço do (Eduardo) Cunha, do PSDB e do DEM de desviar a atenção do que de fato é relevante para o País, que é a agenda de medidas econômicas", afirmou. "Óbvio que é um diversionismo. Ano passado esse grupo do Cunha passou o ano inteiro espetacularizando CPI", declarou.

Florence disse ainda que há apenas "tentativas de encontrarem pistas contra Lula". "E todas estão sendo malsucedidas", afirmou. "A oposição tenta surfar em um noticiário ilegal e difamatório", criticou.

Para o líder do PT, o esforço dos opositoristas tenta desconstruir a imagem de Lula para evitar a vitória do ex-presidente nas próximas eleições. "É um ataque vil a um dos maiores líderes deste país, que já está posto como pré-candidato."

A defesa de Dilma a Lula foi bem vista pelo líder do PT na Câmara. Segundo ele, a presidente, o governo e o PT têm a obrigação de defender o ex-presidente. "Defender Lula é defender a democracia", disse Florence, que vai conversar amanhã com a bancada para traçar estratégias de defesa de Lula.

Uma das decisões pendentes é se os deputados do PT vão a São Paulo acompanhar o depoimento dele na quarta-feira no caso da suposta ocultação de patrimônio da compra do triplex no Guarujá ao Ministério Público de São Paulo.

Estadão On Line

Jaques Wagner classifica citações a Lula em investigações como caça a uma liderança nacional

15/02/2016

Ministro da Casa Civil afirma que Dilma e seu antecessor conversaram sobre denúncias envolvendo o ex-presidente em encontro da semana passada, mas que ele não fez apelos para que ela e o governo o defendessem

Carla Araújo e Isadora Peron

Após ter participado da conversa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff, na última sexta-feira, 12, o ministro da Casa Civil, Jaques Wagner afirmou nesta segunda-feira, 15, que o encontro entre a presidente e seu antecessor foi extremamente positivo, sem nenhuma novidade, mas confirmou que os dois conversaram sobre as recentes denúncias envolvendo Lula, as quais o ministro classificou como uma caça.

Evidentemente se falou sobre esse ataque sistemático que está sendo feito em torno ao ex-presidente. Eu acho que é uma coisa clara. É uma caça a uma liderança nacional, disse. Poderia ser uma caça a um bandido. Nesse caso é uma caça praticamente constante, afirmou.

O ministro disse, entretanto, que o ex-presidente não fez apelos para que Dilma e o governo o defendessem. Não é próprio dele. Segundo o ministro a conversa entre Dilma e Lula tratou ainda da conjuntura política e econômica e ainda abordou a questão da mobilização em torno do combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Um dia depois da conversa com Lula, durante uma visita à Favela Zeppelin, na zona oeste do Rio, durante a campanha contra o zika vírus, Dilma pela primeira vez se manifestou publicamente a respeito das suspeitas contra Lula na Operação Lava Jato.

Acho que ele está sendo objeto de uma grande injustiça. Eu respeito muito a história do presidente Lula e tenho certeza que este processo será superado, porque acredito que o País, a América Latina e o mundo precisam de uma liderança com as características do presidente Lula, disse a presidente quando questionada sobre o encontro que teve na sexta-feira com seu antecessor.

Nesta segunda-feira, Lula está reunido com o chamado Conselho Político do PT, em São Paulo. Convocado para discutir a conjuntura atual do País e propor saídas para a crise econômica, o colegiado também deve discutir formas de apoiar o ex-presidente e fazer frente ao que os correligionários classificam de escalada de ataques contra ele.

Impeachment

Conforme mostrou o jornal O Estado de S. Paulo nesta segunda-feira, com o início efetivo dos trabalhos do Congresso esta semana, a oposição pretende explorar o avanço das investigações que envolvem o ex-presidente para tentar desgastá-lo, enfraquecer o nome do petista como candidato ao Palácio do Planalto em 2018 e ainda reacender o debate sobre o afastamento da presidente Dilma - seja pela via do impeachment ou por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassação da chapa composta com o vice-presidente Michel Temer (PMDB).

A primeira iniciativa concreta da estratégia será propor a convocação de Lula para depor na CPI que investigará denúncias de fraudes contra a Receita Federal por bancos e grandes empresas. As suspeitas são de que houve pagamento de propinas para manipular julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em casos de sonegação fiscal.

A criação da CPI foi autorizada no início do mês pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), adversário do governo Dilma.

Lula é alvo de uma série de apurações formais. A Operação Zelotes investiga, além das irregularidades no **Carf**, um esquema de compra de medidas provisórias em seu governo.

O Ministério Público de São Paulo apura a suspeita de ocultação de patrimônio relacionada à compra de um triplex no Guarujá, no litoral paulista. Lula admite ter visitado o imóvel com o então presidente da empreiteira OAS, Léo Pinheiro, condenado à prisão, mas nega ser proprietário do apartamento.

IstoÉ Dinheiro On line

Fazenda publica alterações no Regimento Interno do **Carf**

15/02/2016

O Ministério da Fazenda publicou no Diário Oficial da União (DOU) mudanças no Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). A nova portaria, assinada pelo ministro Nelson Barbosa, altera trechos dos anexos 1 e 2 do texto original, editado em junho do ano passado.

No anexo 1, as mudanças abrangem questões relacionadas à organização e à estrutura administrativa do colegiado. No anexo 2, houve alterações em aspectos a serem observados nos julgamentos pelas turmas do Conselho.